

EISENHOWER E A CRISE DO SUEZ: MAIS DO QUE UMA DESAVENÇA FAMILIAR

Nos últimos dias do mês de Julho de 1956, as primeiras páginas dos jornais norte-americanos deixaram de ser preenchidas com notícias relativas à situação política interna, com especulações acerca do estado de saúde do Presidente Dwight Eisenhower e com previsões sobre a escolha do próximo candidato do Partido Democrata às eleições presidenciais. A nacionalização da chamada *Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez*, anunciada pelo Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser a 26 de Julho de 1956, tornou-se rapidamente o assunto do momento.

Após dois meses de recolhimento, na sequência de uma intervenção cirúrgica de emergência a 9 de Junho de 1956, o Presidente Eisenhower reapareceu em conferência de imprensa no início de Agosto. Para muitos presentes, o homem que compareceu perante os repórteres durante pouco mais de meia hora não parecia o mesmo com quem tinham conversado a 6 de Junho. De acordo com a descrição do *The New York Times*, o Presidente tinha perdido peso, parecia cansado e a sua voz enfraquecera. No entanto, no seu olhar perpassava ainda a mesma determinação e as suas palavras denotavam que o Presidente continuava a raciocinar de forma «clara» e «rápida»¹. Numa carta particular, Eisenhower queixava-se a um amigo pelo facto de «algumas pessoas» estarem «surpreendidas» por, sete semanas depois de uma delicada intervenção cirúrgica, «eu

não ter recuperado [...] os meus níveis de peso, força e actividade física do período anterior à operação»².

No entanto, foi um Presidente Eisenhower bastante activo, confiante nas suas capacidades de liderança e assumindo pessoalmente a condução da política norte-americana que surgiu nos primeiros dias da chamada crise do Suez. Tratava-se de uma clara indicação de que o Presidente pretendia ser, como veio a acontecer, o responsável último pela formulação da política dos Estados Unidos em relação a esta questão.

Logo no dia 27 de Julho, após o anúncio de Nasser, o Presidente norte-americano teve duas importantes reuniões com o seu círculo mais chegado de conselheiros, de acordo, aliás, com o que era prática corrente na Casa Branca de Dwight Eisenhower. Por norma, só depois destas primeiras consultas mais restritas, Eisenhower decidia convocar as reuniões mais amplas, por exemplo, do Conselho de Segurança Nacional para «oficializar» as decisões anteriormente tomadas. Assim, às 8:30 da manhã do dia 27, Eisenhower encontrou-se com Herbert Hoover, Jr., subsecretário de Estado, Allen Dulles, director da CIA, e Andrew Goodpaster, secretário pessoal do Presidente. O secretário de Estado, John Foster Dulles, encontrava-se em Lima, no Peru. Nesta primeira reunião, Eisenhower determinou que a declaração pública da Administração sobre a nacionalização da companhia do canal de Suez fosse moderada, sem qualquer tomada de posição e sem indicação clara daquilo que os norte-americanos pretendiam fazer no futuro, referindo ape-

nas que os Estados Unidos estariam a consultar com «urgência» os restantes governos envolvidos na crise³.

Esta decisão demonstrava bem aquela que foi a preocupação essencial de Eisenhower, a partir das declarações de Nasser: evitar um agravamento da situação internacional e o início de hostilidades na região. Quando confrontado com a possibilidade do uso de força por parte dos britânicos, aventada por Eden logo a 27 de Julho, Eisenhower expressou também a sua oposição, numa segunda reunião que teve lugar às 17 horas do mesmo dia. De novo com Hoover e Goodpaster, o Presidente manifestou muito claramente a sua discordância com a eventual utilização da força pelos britânicos e afastou, de pronto, qualquer possibilidade de colaboração por parte dos Estados Unidos. Eisenhower apenas admitia a participação dos Estados Unidos em operações militares no caso de ocorrerem ataques directos a cidadãos norte-americanos⁴.

A opção pela diplomacia foi, por conseguinte, assumida desde o início. Eisenhower decidiu nessa mesma reunião enviar a Londres o subsecretário de Estado adjunto, Robert Murphy, para conversações tripartidas com os governos britânico e francês⁵. Esta foi a primeira de uma série de decisões de Eisenhower que apontavam claramente para a preferência do Presidente norte-americano pela resolução da crise por via diplomática, mesmo quando confrontado com a decisão britânica de avançar com operações militares. Os Estados Unidos deveriam utilizar a sua influência internacional para promover o diálogo e soluções negociadas, desacon-

selhar o uso da força e, por fim, recusar de forma peremptória o seu envolvimento directo em eventuais operações militares. A 28 de Julho já Eisenhower tinha recebido um estudo elaborado pelo Joint Strategic Plan Committee (JSPC) dos Joint Chiefs of Staff recomendando que os Estados Unidos se limitassem a tomar medidas de cariz «diplomático» e «económico», mesmo no caso de uma eventual intervenção militar britânica. A principal razão apontada no planeamento estratégico dos militares era a eventual repercussão que um diferente tipo de atitude poderia ter no mundo árabe. Para o JSPC o envolvimento dos Estados Unidos em acções militares iria certamente desagradar aos estados árabes e contribuir para o agravamento das suas relações com os Estados Unidos⁶. Esta última frase aponta-nos, na verdade, para algumas das premissas em que se baseou a conduta de Eisenhower ao longo de toda a crise do Suez. Nas considerações do Presidente pesava, evidentemente, o contexto geral da Guerra Fria e o eventual aproveitamento que a União Soviética poderia fazer da crise do Suez. Mas, acima de tudo, Eisenhower e a sua administração eram já sensíveis a outro tipo de realidades, nomeadamente, a importância de manter boas relações com os novos estados árabes resultantes do desmantelamento dos velhos impérios coloniais europeus. Neste caso concreto, preocupava Eisenhower que uma atitude marcadamente contrária aos interesses egípcios fizesse com que o Governo norte-americano surgisse aos olhos do nacionalismo árabe como apoiante do colonialismo europeu na região. Assim se justifica,

aliás, a preocupação de Eisenhower e da Administração em envolver a diplomacia árabe nos vários momentos negociais deste processo.

Por outro lado, foi também preocupação do Governo norte-americano, desde o final de Julho, evitar o envolvimento de Israel na controvérsia, com receio de que uma eventual escalada do conflito israelo-egípcio acabasse por funcionar como um perigoso combustível pronto a inflamar toda a região do Médio Oriente. Esta mensagem foi transmitida a 27 de Julho de 1956, uma vez mais, quando o embaixador norte-americano em Telavive afirmou a Ben Gurion que a Casa Branca esperava, acima de tudo, «contenção» da parte do Governo israelita. O embaixador recebeu, em troca, garantias por parte do primeiro-ministro israelita de que os Estados Unidos não tinham motivo para «preocupação» uma vez que Israel nada fazia para «perturbar a paz» mundial⁷. Por outro lado, na sua correspondência privada com Eden, Eisenhower deu-lhe a entender, sem grande margem para dúvidas, que os EUA eram favoráveis a uma solução diplomática da crise, e que só em circunstâncias muito excepcionais é que poderiam aceitar o emprego da força. A 2 de Setembro, por exemplo, foi explícito na sua advertência ao primeiro-ministro britânico em relação aos perigos que poderiam advir de uma acção precipitada: «Não vejo como é que a economia da Europa Ocidental pudesse suportar o fardo de operações militares prolongadas, assim como uma recusa de fornecimento do petróleo do Próximo Oriente. Além disso, os povos do Próximo Oriente, do Norte de África e, até

certo ponto, de toda a Ásia e África, adoptariam uma atitude de hostilidade em relação ao Ocidente que, receio bem, dificilmente seria superada na próxima geração, ou até no próximo século, tendo em conta a capacidade dos russos para fomentarem sarilhos.»⁸

Apesar destas diligências, a situação de crise acabou por degenerar num conflito bélico que se iniciou a 29 de Outubro de 1956 e que viria a configurar uma das mais graves crises internacionais desde a II Guerra Mundial. A percepção de que britânicos e franceses estariam muito provavelmente a actuar em conluio com israelitas deixou os responsáveis norte-americanos furiosos. Não obstante a sua ardente anglofilia, e de uma marcada desconfiança relativamente ao regime de Nasser, Eisenhower recebeu as notícias da intervenção franco-britânica no Egipto com consternação. Para além de violar as regras não-escritas da relação de confiança entre os três aliados (Eisenhower soube do ultimato franco-britânico a Nasser pelos canais diplomáticos normais e não por uma mensagem pessoal de Eden ou Mollet), o ataque permitiu à URSS esmagar de forma implacável a sublevação nacionalista em Budapeste alguns dias depois. Tendo-se apresentado ao eleito-rado como um homem de paz, Eisenhower não perdeu tempo a reafirmar essas credenciais e, com a campanha presidencial americana nos seus últimos dias, tratou de aplicar uma enorme pressão sobre Londres e Paris para garantir um desfecho rápido da crise.

A 30 de Outubro, perante o veto britânico e francês no Conselho de Segurança,

o representante americano nas Nações Unidas apresentou, juntamente com o seu colega soviético, uma proposta de resolução, para ser votada na Assembleia Geral, exortando à retirada das tropas israelitas do Egipto e apelando a todos os membros da ONU para se absterem de recorrer ao uso da força. A 3 de Novembro, a proposta foi aprovada por uma maioria esmagadora, abrindo caminho para o envio de uma força de pacificação da ONU e para uma eventual adopção de sanções petrolíferas. Mais discretamente, Washington continuou a exercer uma pressão inequívoca sobre franceses e britânicos. No Mediterrâneo Oriental, por exemplo, a Sexta Esquadra americana foi instruída para seguir de perto os movimentos da *task force* anglo-francesa; e a 5 de Novembro, a Administração americana informou o ministro das Finanças britânico de que a concessão do empréstimo de emergência requerido por este, para conter os efeitos da «corrida ao esterlino» que entretanto se verificara, estaria dependente da aceitação dos apelos contidos na resolução da ONU. Como é sabido, esta última ameaça foi determinante no recuo britânico e francês. A 7 de Novembro, um dia depois de Eden ter anunciado o cessar-fogo na Câmara dos Comuns, o Presidente parecia animado de um espírito conciliador, referindo-se à crise como «uma desavença familiar» numa conversa telefónica com o primeiro-

-ministro britânico. No entanto, nos dias seguintes esse espírito dissipou-se, porventura por influência das figuras da Administração que vislumbraram os ganhos políticos que Washington poderia averbar no Médio Oriente se se distanciasse claramente do Reino Unido e da França. Os pedidos endereçados por Eden e Mollet para um encontro com Eisenhower em Washington foram liminarmente rejeitados, assim como a possibilidade de britânicos e franceses integrarem a força de paz que as Nações Unidas iriam enviar para a zona do canal. Nos bastidores, o embaixador americano em Londres, Winthrop Aldrich, começava entretanto a estabelecer contactos discretos com as figuras do Governo conservador que poderiam suceder a Eden (cujos telefonemas, aliás, Eisenhower havia deixado de atender). Ao que tudo indica, estes «sinais» terão sido decisivos na formação de um ambiente gélido em redor do primeiro-ministro britânico, que no início de Janeiro de 1957 sentiu não ter condições para continuar à frente do Governo⁹. Não por acaso, o seu sucessor, Harold Macmillan, ocupara o cargo de ministro-residente junto do Quartel-General das Forças Aliadas no Mediterrâneo durante a II Guerra Mundial – trabalhando de perto, precisamente, com o supremo comandante norte-americano, o general Dwight D. Eisenhower.

■ LUÍS NUNO RODRIGUES E PEDRO AIRES OLIVEIRA

NOTAS

¹ *The New York Times*, 2 de Agosto de 1956, p. 24.

² Carta de Dwight Eisenhower a Edward Everett Hazlett, Jr., 3 de Agosto de 1956. In www.eisenhowermemorial.org/presidential-papers/first-term/documents/1936.cfm.

³ «Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, July 27, 1956, 8:30 a.m.». In *Foreign Relations of the United States, 1955-1957. Suez Crisis, July 26-December 31, 1956*, vol. XVI (doravante

FRUS, XVI), pp. 5-7, consultado em digital.library.wisc.edu/1711.d1/FRUS.

⁴ «Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, July 27, 1956, 5 p.m.». In FRUS, XVI, pp. 11-12.

⁵ *Ibidem*.

⁶ «Editorial Note». In FRUS, XVI, p. 21.

⁷ «Telegram from the Embassy in Israel to the Department of State». In FRUS, XVI, p. 22.

⁸ BOYLE, Peter G. (ed.) – *The Eden – Eisenhower Correspondence 1955-1957*. Chapel Hill & Londres: University of North Carolina Press, 2005, p. 163.

⁹ Sobre estas pressões americanas e o seu impacto na substituição de Eden por Macmillan na liderança do Governo britânico, cf. CARLTON, David – *Britain & the Suez Crisis*. Oxford: Basil Blackwell, 1989, pp. 82-96.